

Sumário

Introdução	1
1. Percurso Histórico do Dolo e do Perigo na Legislação Brasileira.....	5
1.1 Ordenações Filipinas	6
1.2 Código Criminal do Império de 1830.....	9
1.3 Lei n.º 3.311, de 15 de outubro de 1886	22
1.4 Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890.....	24
1.5 Projetos de Reforma do Código Penal na Primeira República.....	36
1.6 Código Penal de 1940	42
1.7 Projeto de Código Penal de 1969: Nelson Hungria	51
1.8 Nova Parte Geral de 1984	56
2. Perigo e Dolo sob o Ponto de Vista Doutrinário.....	61
2.1 Dolo: Conceito e classificações doutrinárias.....	61
2.1.1 Conceito de dolo: Teorias da vontade e do conhecimento	65
2.1.1.1 Teoria da vontade.....	65
2.1.1.2 Teoria do conhecimento	67
2.1.2 Classificações doutrinárias do dolo	71
2.1.2.1 Dolo direto	72
2.1.2.1.1 Dolo direto de primeiro grau.....	72
2.1.2.1.2 Dolo direto de segundo grau	74
2.1.2.2 Dolo indireto	78
2.1.2.2.1 Dolo alternativo.....	79
2.1.2.2.2 Dolo eventual	81

2.2 Crimes de perigo.....	85
2.2.1 Diferença entre risco e perigo.....	91
2.2.2 A sociedade de risco e os crimes de perigo.....	100
2.2.3 Classificação dos crimes de perigo	116
2.2.3.1 Crimes de perigo individual.....	118
2.2.3.2 Crimes de perigo comum	119
2.2.3.3 Crimes de perigo concreto	121
2.2.3.4 Crimes de perigo abstrato.....	124
2.2.3.5 Crimes de perigo abstrato-concreto.....	129
3. As Teorias do Dolo Eventual, na Atualidade.....	133
3.1 Teoria do Dolo Indireto	136
3.2 Teoria da Vontade	139
3.2.1 Teoria do consentimento	142
3.2.2 Teoria do levar a sério o perigo de realização do tipo objetivo	144
3.2.3 Teoria da indiferença	146
3.2.4 Teoria da vontade de evitação não atuada ou teoria dos contrafatores não ativados	147
3.3 Teoria da Representação	149
3.3.1 Teoria da possibilidade	150
3.3.2 Teoria da probabilidade.....	157
3.3.3 Teoria da evitabilidade.....	161
3.3.4 Teoria do risco.....	162
3.3.5 Teoria do perigo a descoberto.....	164
3.4 Críticas ao Dolo Eventual como modalidade autônoma de Dolo.....	165
3.4.1 Dolo eventual ou culpa grave?	166
3.4.2 Dolo eventual e o conflito com os princípios da taxatividade e da segurança jurídica	180

4. O Dolo de Perigo como Modalidade Autônoma e sua Relação com o Dolo Eventual	185
4.1 A relação entre o Dolo de Perigo e o Crime Culposo	194
4.1.1 Teorias diferenciadoras	196
4.1.2 Teorias identificadoras	198
4.2 Dolo de Dano e Dolo de Perigo	203
4.3 Dolo de Perigo e sua relação com o Dolo Eventual.....	206
4.3.1 Teorias identificadoras.....	206
4.3.2 Teorias diferenciadoras.....	211
4.3.2.1 Diferenciação a partir do elemento volitivo	211
4.3.2.2 Distinção para os adeptos da teoria da representação.....	212
4.4 Dolo Eventual de Perigo.....	221
5. Tomada de Posição e Análise de Casos.....	231
5.1 Boate Kiss	235
5.1.1 Denúncia	235
5.1.2 Pronúncia.....	238
5.1.3 Recurso em Sentido Estrito (RESE)	239
5.1.4 Embargos Infringentes.....	240
5.1.5 Recurso Especial	242
5.1.6 Opinião sobre o caso	243
5.2 Caso Santiago Andrade.....	244
5.2.1 Denúncia.....	244
5.2.2 Pronúncia	246
5.2.3 Acórdão RESE.....	247
5.2.4 Recurso Especial.....	249
5.2.5 Opinião sobre o caso.....	250

5.3 Caso Ninho do Urubu.....	251
5.3.1 Denúncia.....	251
5.3.2 Opinião sobre o caso.....	253
Conclusão	255
Referências.....	263